

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.801 - MG (2019/0273116-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **ANTÔNIO INÁCIO MARIANO**
ADVOGADOS : **LEONARDO MARTINS WYKROTA E OUTRO(S)** - MG087995
JULIA GOMIDE ANTUNES RABELO - MG183648
AGRAVADO : **CONSTRUTORA PRIMACASA LTDA**
ADVOGADOS : **GUSTAVO SOARES DA SILVEIRA GIORDANO** - MG076733
CRISTIANNE BARRETO REIS - MG089941
MARCUS VINICIUS CAPOBIANCO DOS SANTOS E OUTRO(S) -
MG091046
MARCELO VAZ BUENO - MG108028
EDUARDO HENRIQUE NEVES DE VASCONCELOS - MG112075
VIRGILIO ROSA FILHO - MG036557

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por ANTÔNIO INÁCIO MARIANO contra decisão que deu parcial provimento ao recurso especial interposto pela ora agravada.

Em suas razões, o agravante afirma que a alteração promovida pela decisão agravada, quanto à atualização do valor a ser devolvido, que determinou a aplicação da taxa SELIC em substituição aos juros de 1% ao mês e correção monetária, acabou por ofender a Súmula 5 do STJ. Defende ser necessária a interpretação do contrato particular de promessa de compra e venda, que, *"em sua cláusula décima [...] estabelece como juros de mora, em caso de inadimplemento do pagamento das prestações devidas pelo agravante, o percentual de 1% ao mês"* (e-STJ, fl. 525).

Não foi apresentada impugnação do agravo.

É o relatório. Decido.

Ao analisar os robustos argumentos apresentados no agravo interno, observo que assiste razão ao agravante quanto à direção interpretativa dada ao caso que vai de encontro com à Súmula 5/STJ.

Com efeito, observa-se dos autos que o Magistrado de primeiro grau julgou procedente a ação de rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel ajuizada pelo agravante, com a condenação da agravada ao pagamento da quantia de R\$ 20.402,92, acrescida de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da

citação.

O Tribunal de origem manteve a sentença de primeiro grau e registrou que *"não prospera a pretensão de aplicação da taxa SELIC como único índice de atualização do montante, pois conforme orientação deste Tribunal, tendo em vista que, para os casos de condenação civil, os juros de mora e correção monetária tem incidência em momentos distintos"* (e-STJ, fl. 469).

Consoante a jurisprudência desta Corte, *"somente na ausência de convenção em sentido contrário, a partir da vigência do Código Civil de 2002, os juros moratórios devem incidir segundo a variação da Taxa Selic"* (AgInt no AREsp 1.129.884/AM, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 2/8/2018).

No caso, constata-se a existência de expressa previsão contratual de que os juros, em caso de inadimplemento do pagamento das prestações devidas pela agravante, seriam fixados no percentual de 1% ao mês. Logo, na diretriz da orientação desta Corte, não poderia ter sido fixado, diante de cláusula contratual expressa, a taxa Selic como índice a ser observado, tal como ficou consignado na decisão agravada.

Assim, de fato, não cabia a reforma do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, nos moldes do que foi feito pela decisão agravada, razão pela qual o *decisum* deve ser reconsiderado.

Diante do exposto, reconsidero a decisão de fls. 514/517, e-STJ, para negar provimento ao recurso especial interposto por Construtora Primacasa Ltda.

Publique-se.

Brasília/DF, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator